

MOZAMBIQUE LNG: GOLFINHO & ATUM

***Financial Closing* iminente com grandes incertezas sobre a ENH**



Créditos: CDD

1. Enquadramento

As perspectivas mundiais sobre a evolução do mercado das commodities, incluindo do gás natural, não são animadoras. O preço do gás natural baixou para níveis de há 10 anos¹, estando, por isso, as previsões de vendas de muitos projectos de Gás Natural Liquefeito (LNG) abaixo do pre-

ço base que norteou a análise da sua viabilidade económico-financeira.

Apesar de reconhecer o impacto negativo da combinação dos efeitos da Covid-19 e da queda acentuada do preço do gás natural no mercado internacional sobre os planos de negócios das multinacionais petrolíferas que

¹ <https://oilprice.com/Energy/Gas-Prices/LNG-Prices-Fall-To-10-Year-Low.html>



Créditos: CDD

operam em Moçambique, o Instituto Nacional de Petróleo (INP) considera que não haverá alterações na data do início e no volume de produção programados nos projectos de LNG na bacia do Rovuma².

Para fundamentar o seu posicionamento optimista, o INP, indica, por exemplo, que apesar de a francesa Total, uma das maiores petrolíferas que explora gás natural em Moçambique, ter anunciado cortes de 1/5 das despesas de investimento e redução dos custos operacionais para 2020 a nível global, manteve os investimentos inicialmente programados para o projecto Mozambique LNG que explora os campos Golfinho & Atum na Área 1 da bacia do Rovuma, cuja produção anual está estimada em 12.88 milhões de toneladas de gás natural.

O início da implementação deste projecto coincide com a introdução do debate global sobre a transição energética. Recentemente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) fez um alerta em relação à forma como a velocidade da transição energética para uma economia de baixas emissões carbónicas pode

afectar a estabilidade financeira³. Se os países produtores e consumidores de gás natural seguirem as recomendações do FMI e desacelerarem o processo de transição energética, as perspectivas de curto e médio prazos de aumento da procura mundial por LNG podem ser revistas em baixa. Isto porque a substituição de fontes de energia “poluentes”, como o carvão mineral, por fontes “limpas”, como o gás natural, poderá ser mais lenta, podendo, conseqüentemente, adiar o início da observância dos benefícios para a economia nacional.

Por esta razão, há também preocupações em relação à viabilidade ambiental dos projectos de exploração de LNG em Moçambique, incluindo o projecto Mozambique LNG Golfinho & Atum.

Com efeito, uma organização da sociedade civil francesa, Amigos da Terra, acusou as multinacionais que exploram gás natural na bacia do Rovuma de semear uma “bomba climática” em Moçambique, em alusão ao facto de que três projectos actualmente em desenvolvimento na região poderiam libertar

² <http://www.inp.gov.mz/pt/Noticias/Impacto-da-COVID-19-nas-Actividades-de-Pesquisa-e-Producao-de-Hidrocarbonetos-em-Mocambique>

³ <https://eco.sapo.pt/2020/05/29/fmi-pede-cuidado-na-transicao-energetica-por-cao-da-estabilidade-financeira/>



Créditos: CDD

o equivalente a 49 vezes as actuais emissões anuais de gases de efeito estufa do país⁴. Esta campanha em prol do ambiente é importante e favorável a Moçambique, a curto e médio prazos, mas pode afectar negativamente a monetização das reservas de classe mundial com que Moçambique foi abençoado pela natureza.

Mas não é disto que o artigo trata. O objecto do artigo é o iminente *financial closing* a ser tomado pelo operador do projecto Mozambique LNG. Dependente apenas da agenda do Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, o *financial closing* será tomado em contexto

de grandes incertezas sobre a participação da ENH, com sérias implicações para as finanças públicas de Moçambique.

Conforme indicado acima, o regulador do sector petrolífero da indústria extractiva, o INP, está optimista e, aparentemente, é o seu optimismo que leva a ENH a insistir em financiar a sua participação neste consórcio através de mais um endividamento bancário. A participação da ENH ao nível *upstream*, em *joint-venture* com as *majors*, é um imperativo nacional. Mas a pergunta que se coloca é: Será que a conjuntura económica actual é favorável?

2. Sobre a participação da ENH no projecto Mozambique LNG

O consórcio Mozambique LNG, que explora os campos Golfinho & Atum da Área 1 da bacia do Rovuma, conta com a participação da Total (26,5%), da estatal ENH (15%), da Mitsui E&P Mozambique Area1 Ltd (20%), da ONGC Videsh Ltd (10%), da Beas Rovuma Energy Mozambique Limited (10%), da BPRL

Ventures Mozambique B.V. (10%) e da PTTEP Mozambique Area 1 Limited (8,5%). Este projecto, cujo investimento é avaliado em cerca de 20 mil milhões de dólares, tem já 15 mil milhões de dólares assegurados pela empresa líder do consórcio, a francesa Total.

Para participar no projecto, a ENH deve pa-

⁴ <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-ong-exige-que-empresas-francesas-abandonem-projetos-de-g%C3%A1s/a-53806711>

gar cerca de 3 mil milhões de dólares que serão obtidos através de crédito bancário, tendo o Governo emitido uma garantia no valor de 2.25 mil milhões de dólares que já foi aceite pelo consórcio do projecto⁵. Esta é uma decisão muito arriscada do Governo moçambicano, principalmente porque, para além das adversidades macroeconómicas acima descritas, o *cost overruns* de projectos de construção de plataformas para produção e armazenamento de LNG chegam a atingir 33% do valor inicial do projecto⁶.

Portanto, o custo total para a participação da estatal ENH no projecto Mozambique LNG que prevê iniciar a produção em 2024, pode chegar a 4 mil milhões de dólares americanos, um valor que irá agravar a já insustentável dívida pública moçambicana. Nes-

te momento, a dívida pública é maior que o Produto Interno Bruto (103% do PIB)⁷ e, devido ao recente endividamento junto do FMI para financiar o programa de combate à Covid-19, já caminha para uma situação de *debt stress*⁸.

Conforme apontou recentemente a *Fitch Solutions*, a lucratividade dos projectos de LNG é incerta em decorrência da incerteza com relação à evolução da pandemia da Covid-19 e/ou da prevalência dos seus impactos sócio-económicos, como a acentuada queda do preço de LNG no mercado internacional. Esses factores já levaram, tal como mostram as fotografias ilustrativas desta publicação, a atrasos na corrente fase de construção do projecto Mozambique LNG, com a consequente corte nas previsões de receitas para o Estado⁹.

3. Proposta de uma estratégia alternativa para participação da ENH no projecto Mozambique LNG

A participação da ENH neste projecto é importante e sinaliza o interesse do Estado em monetizar o recurso, mas a actual situação económica de Moçambique exige uma abordagem de governação económica diferente. O projecto Mozambique LNG terá duas fases de implementação, sendo a primeira de dois *trains* de liquefação com capacidade nominal de 6 milhões de toneladas por ano cada. Nesta fase, a ENH podia, dada a sua capacidade financeira limitada e às incertezas acima descritas, reduzir a actual percentagem de 15% para 5% e, eventualmente, monetizá-la para financiar a restante parte.

Ou seja, reduzir a sua participação, encaixando dinheiro para custear a expansão da sua participação na segunda fase, que inclui a construção de dois gasodutos submarinos e 23 furos de produção e infra-estruturas para o processamento e venda de gás doméstico, com vista a viabilizar a exploração de 13,8 TCF de gás natural recuperável, num período

de 25 anos¹⁰.

O contrato que regula o projecto da Mozambique LNG Golfinho & Atum é de 2006, mas a Lei dos Petróleos de 2014 não especifica a percentagem da participação da ENH como representante do Estado nos projectos do sector petrolífero. Porém, o artigo 9 do Regulamento da Lei dos Petróleos diz que a atribuição do direito é efectuado mediante requerimento dirigido ao Ministro que superintende a área, devendo conter, entre outros aspectos, a proposta da participação do Estado. E o artigo 10 estipula que os termos da participação do Estado devem constar do contrato.

O modelo de contrato aprovado pelo Conselho de Ministros, através da Resolução no 25/2016, de 3 de Outubro, diz que a ENH, juntamente com uma ou mais sociedades compostas nos termos da Lei da República de Moçambique, são designadas concessionárias, mas não especifica a percentagem de

⁵ <https://furtherafrica.com/2020/06/23/mozambique-offers-us2-25b-funding-guarantee-to-lng-project-says-report/>

⁶ <https://www.smh.com.au/business/the-economy/lng-boom-is-back-surge-in-projects-tipped-for-next-six-years-20190426-p51hj3.html>

⁷ <https://tradingeconomics.com/country-list/government-debt-to-gdp>

⁸ <https://clubofmozambique.com/news/india-gives-debt-relief-to-mozambique-amidst-covid-says-indian-envoy-watch-163640/>

⁹ <https://www.fitchsolutions.com/infrastructure-project-finance/mozambique-construction-delays-low-gas-prices-threaten-gas-driven-construction-growth-07-05-2020>

¹⁰ <http://www.inp.gov.mz/pt/Pesquisa-Producao/Projectos-em-Vigor/Projecto-LNG-Golfinho-Atum-Mozambique-LNG>

participação da ENH. Esta pode ser negociada no acto da assinatura do contrato.

Geralmente a percentagem varia entre 5% e 20%. **O financial closing é a fase decisiva do projecto, uma espécie de assinatura de facto do contrato, onde se pode reduzir a participação, sem arrepiar a Lei dos Petróleos e, fundamentalmente, sem prejudicar o interesse nacional de a ENH crescer para, no futuro próximo, ser operador.**

O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) entende que esta é que devia ser a linha orientadora que o Governo de Moçambique deve seguir na efectivação, nos próximos dias, do *Financial Closing* com o consórcio do Mozambique LNG, na Área 1 da bacia do Rovuma, por forma a garantir a participação da ENH, em representação do Estado, sem piorar a situação das já deficitárias contas públicas.

COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

 WhatsApp

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of

Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

 WhatsApp

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19. Passe a palavra! Uma iniciativa de

Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!




INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autores: Prof. Adriano Nuvunga e Agostinho Machava

Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Schweizerische Eidgenossenschaft
 Confédération suisse
 Confederazione Svizzera
 Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Kingdom of the Netherlands

